

Apoio aos componentes da estrutura de Direitos Humanos

Os militares da Força de Paz da ONU devem apoiar o trabalho dos componentes civis de uma missão e, em diversos momentos, de outras organizações internacionais, não só porque muitas vezes tal determinação estará explícita no mandato da missão, mas porque é uma excelente maneira de se obterem melhores resultados.

Se os militares da Força de Paz podem fazer com que determinada ONG desempenhe melhor as suas tarefas porque recebeu boas informações da Força da Paz, a missão como um todo ganhará. Da mesma maneira, a Força da Paz pode planejar melhor suas patrulhas, uma vez que receba informações relevantes de membros da UNHCR. Os aliados na promoção e na proteção aos Direitos Humanos serão fundamentais para que se obtenham bons resultados.

Influência sobre as Forças Armadas do país em questão

Em Operações de Paz, muitas serão as situações em que as Forças Armadas locais estarão envolvidas em violações de Direitos Humanos e das leis do Direito Internacional Humanitário. Há casos em que tais militares são os executores das violações e há casos em que fazem uso de subterfúgios, como o emprego de milícias e gangues para executar as ordens imorais, e poderem escapar de uma possível condenação.

Trazer os culpados à justiça, acabar com a impunidade e mandar para a cadeia os responsáveis por barbaridades, certamente trará um resultado positivo para a missão, mas os militares da Força de Paz da ONU podem fazer muito mais do que isso.

A presença de uma tropa profissional da ONU, tropa essa que deixe claro que militares profissionais não violam os Direitos Humanos, influenciará diretamente a mentalidade e a atitude das Forças Armadas locais. Os militares da Força de Paz da ONU, servindo de exemplo, poderão alcançar excelentes resultados.



CC (FN) Dirlei Donizette Côdo

Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental

Designado pela Portaria nº 1.395/SPAI/MD, de 24 de outubro de 2007, para desempenhar a função de Observador Militar na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), o Capitão-de-Corveta Fuzileiro Naval Dirlei Donizette Côdo, autor deste artigo, participou dessa missão no período de 19/11/2007 a 21/11/2008, tornando-se o primeiro militar brasileiro a integrá-la.

Conclusão

Torna-se cada vez mais evidente que o papel a ser desempenhado pelos militares na estrutura de promoção e proteção aos Direitos Humanos, existente nas complexas Operações de Paz nos dias de hoje, é fundamental e que garantir tais direitos sem a participação do braço armado seria praticamente impossível.

A conscientização e a preparação de militares para o desempenho das tarefas típicas ligadas aos Direitos Humanos deve ser uma preocupação constante, vistas as vantagens que podem trazer para a Força de Paz, para a missão como um todo e para a humanidade.

Apesar de estarmos novamente às voltas com flagrantes desrespeitos aos Direitos Humanos em inúmeros lugares do mundo, como em DARFUR, no SUDÃO, tais acontecimentos não podem, de maneira nenhuma, desestimular-nos ou fazer com que adotemos uma postura conformista. Mais do que nunca, não podemos nos esquecer dos ensinamentos que foram colhidos em nosso passado recente e lutarmos para o presente ser diferente.

As lições mais amargas que foram aprendidas ao longo das últimas décadas devem nos motivar a darmos o melhor de nós para garantir que aqueles a quem deveremos proteger sobreviverão e que seus direitos mais básicos serão respeitados.

BIBLIOGRAFIA

UNITED NATIONS. General Assembly, Security Council. The Brahimi Report. New York, 2000.

_____. United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). Training Package on Human Rights for Military Personnel of Peace Operations. New York, 2005.

Considerações iniciais

Os países contendores nessa missão são o Reino do Marrocos e a República Árabe Saarauí Democrática (denominada pela ONU como território do Saara Ocidental); e os países observadores (aqueles que cederam observadores militares durante o período da comissão) foram: Argentina, Áustria, Bangladesh, Brasil, China, Croácia, Djibuti, Egito, El Salvador, França, Gana, Grécia, Guiné, Honduras, Hungria, Irlanda,

da, Itália, Malásia, Mongólia, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Polónia, Quênia, Rússia, Sri Lanka, Uruguai e Yemen.

As principais tarefas executadas pelo autor no período da missão foram: patrulhas terrestres e aéreas para observar e reportar ao Quartel General da MINURSO se o cessar-fogo entre as partes envolvidas continuava a ser respeitado, conforme acordos vigentes entre as partes; atuação como perito para proceder investigações e inspeções de forma a elucidar supostas violações dos acordos de cessar-fogo, bem como verificar se estavam sendo respeitadas as Leis Humanitárias Internacionais e dos Direitos Humanos, além do comando do “*team site Birlahlou*” (um dentre os nove “*team sites*” existentes, situado ao Nordeste do território).

O Saara Ocidental não é um país de fato; é considerado o último território em processo de descolonização do continente africano, de acordo com o entendimento das Nações Unidas; entendimento esse, de que o Brasil é seguidor.

Até meados de 1975, o território do Saara Ocidental era uma colônia pertencente à Espanha (chamada, à época, de “Saara Espanhol”), quando, por meio de um acordo com o Reino do Marrocos e da Mauritânia, a Espanha “cedeu” seus direitos sobre esse território, fato esse que desagradou o povo saarauí.

Dessa forma, o Marrocos ocupou o território do Saara Ocidental e mantém soberania na maioria desse território desde o cessar-fogo negociado pela ONU em 1991.

As Nações Unidas, em vista de dar prosseguimento ao processo de descolonização no mundo, propuseram a realização de um referendo, onde a população do Saara Ocidental pudesse optar por anexação ao Reino do Marrocos, soberania parcial fazendo parte do Reino do Marrocos ou independência total. No entanto, nem os saarauís, tampouco os marroquinos chegaram a um consenso, a respeito de quem seriam os eleitores habilitados a votar nesse proposto referendo.

Com relação à Mauritânia, esta perde importância no cenário, pois esse país se retirou do conflito em 1979, menos de três anos após a deflagração da guerra, devido aos fracassos em combate e a problemas internos.

Reino do Marrocos

O Marrocos é uma monarquia constitucional, com um parlamento eleito democraticamente, mas onde o rei é igualmente o chefe do governo e de estado.



Figura 1 – Localização do Reino do Marrocos no continente africano

A economia desse país baseia-se na agricultura, nos serviços, na indústria transformadora e na exploração mineira, principalmente do fosfato, que é amplamente exportado para indústrias de fertilizantes. O turismo tem sido uma fonte de renda para muitos marroquinos.

Em 2003, a população do Marrocos era de 31.689.263 habitantes, que vivem principalmente nas áreas planas ao norte e a oeste da cadeia do Atlas. Os árabes representam cerca de 70% da população e os bérberes 30%; todas as outras etnias não chegam a corresponder a 1%. A religião dominante é a muçulmana sunita (99%) e a língua oficial é o árabe.

Forças Armadas do Reino do Marrocos

As forças armadas do Marrocos têm um efetivo de aproximadamente 200.000 militares profissionais, sendo que a metade deste efetivo está distribuída no território do Saara Ocidental.

O exército marroquino possui aviação de asa rotativa (helicópteros “Gazelle” e “Puma”) e uma grande diversidade de carros de combate e blindados.

A Marinha marroquina está em processo de modernização e vem adquirindo fragatas de última geração e instalando novas bases navais, principalmente no Mar Mediterrâneo.

A Força Aérea Marroquina é dotada, principalmente, de aviões F-5 e MIRAGE-F1. Cabe ressaltar o emprego regular de VANT (Veículos Aéreos Não-Tripulados), provavelmente do tipo “PREDATOR”, conforme fotos obtidas pelo Observador no mês de setembro de 2008 no aeroporto da cidade de Smara (500 km a leste do “Team Site” do autor).

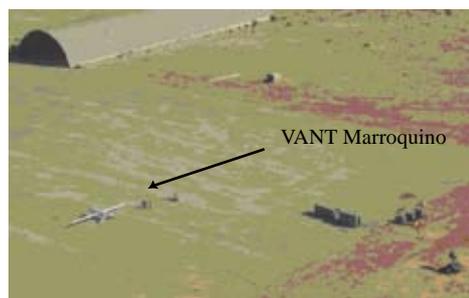


Figura 2 – Emprego de VANT no aeroporto da cidade de SMARA – Outubro de 2008

Representa-se, na figura 3, a Ordem de Batalha atual do setor Norte do Exército Marroquino, posicionado em uma extensa e fortificada linha defensiva ao longo de um “muro” de 1800 km, construído de areia e rochas pela engenharia de combate; e o posicionamento do autor no contexto.

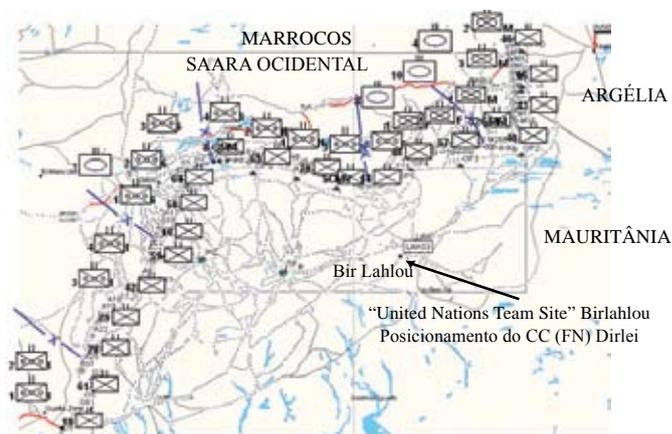


Figura 3 – Ordem de Batalha do setor Norte do Exército Marroquino e localização do “*team site Birlahlou*”

Saara Ocidental - República Árabe Democrática do Saara

O Saara Ocidental localiza-se no Noroeste da África e tem fronteira com o Marrocos ao Norte, com a Argélia e a Mauritânia à Leste, com a Mauritânia ao Sul e com o oceano Atlântico a Oeste. Possui uma área de 284.000 Km², população de 222.631 (senso realizado em Julho de 1996), excluídos cerca de 150.000 saarauis refugiados na Argélia. A língua oficial é o árabe e a religião muçulmana, sendo sua capital, a cidade de Laayoune (El Aaiún).



Figura 4 – Detalhe das principais cidades do Saara Ocidental

O povo saarauí é uma mistura de tribos bérberes e árabes provenientes do Yemen. Provavelmente no século XV, a dificuldade do meio ambiente encorajou a coexistência dessas tribos, e posteriormente com a aceitação do islamismo pelos bérberes, a população tornou-se predominantemente árabe. Os saarauis são essencialmente nômades e pastores de camelos e caprinos, e mudam seus acampamentos de acordo com as estações do ano, buscando poços com água e vegetação para os animais.

A economia do território saarauí não possui muitos recursos naturais e chove pouco na região. A maioria da população depende do pastoreio nômade, pesca e extração de fosfato (usado na indústria de fertilizantes e amplamente exportado). A população urbana tem que importar praticamente todos os tipos de alimentos. A atividade do comércio é controlada pelo governo marroquino. Existe a possibilidade da existência de petróleo em regiões arenosas do território e nas costas marítimas “ocupadas” pelo Marrocos, o litoral do Saara Ocidental é bastante piscoso.

De 1884 a 1976 a Espanha colonizou o Saara Ocidental. Todavia, em 1956, o recente independente Reino do Marrocos começou a reclamar a posse do território.

Em 1974, a Espanha está pronta para realizar um senso populacional no território, em preparação para a realização do referendo sobre os auspícios da ONU. As Nações Unidas, por sua vez, solicitaram uma consulta à Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o “status” do Saara espanhol. A CIJ julgou que nem o Reino do Marrocos, nem a Mauritânia poderiam exercer qualquer tipo de soberania sobre o território do Saara Ocidental.

Em 1975, as tropas marroquinas e mauritânicas enfrentaram forte resistência dos “Polisários”, termo que passou a designar os saarauis que pegaram em armas para se opor à “invasão” marroquina. Paralelamente ao início dos combates, inicia-se um êxodo do povo saarauí para campos de refugiados em Tindouf, na Argélia. Entre 1985 e 1988, as Nações Unidas desenvolvem esforços para fazer a paz entre as partes. Em 30 de agosto de 1988, Marrocos e a Frente Polisário aceitam propostas das Nações Unidas e da União Africana para por fim ao conflito, por meio de um referendo, onde o povo do Saara Ocidental escolheria entre independência ou integração com o Marrocos.

Forças do Exército Polisário (Saarauis)

O exército Polisário tem um efetivo estimado de 20.000 soldados, tendo sido amplamente apoiado pela Argélia no período da guerra (1975 a 1991). É notável a diversidade dos equipamentos e armamentos utilizados, que variam desde fuzis AK-47 até mísseis antiaéreos. Apesar de possuírem diversos carros de combate, inclusive “Cascavéis” brasileiros, e viaturas blindadas, o “modus operandi” dos Polisários foi a guerrilha.



Figura 5 – Ordem de Batalha da 5ª Região Militar Polisário e localização do “team site Birlahlou”

Representa-se, na figura 5, a Ordem de Batalha atual do setor Norte do Exército Polisário (Saarauí), posicionado ao longo do “muro” e em Postos de Observação (Postos de Vigilância), normalmente a uma distância de 5 a 10 km do mesmo; e o posicionamento do autor no contexto, o qual ficou responsável pelo monitoramento das atividades da 5ª Região Militar Polisário (“5th Military Region – 5th MR”), incluindo os Postos de Vigilância 1, 2, 3, 4 e 5 (“Observation Posts – OP1, OP2, OP3, OP4 and OP5”).

A Minurso

A Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) instala-se na região efetivamente em 1991. A missão é considerada como do tipo padrão de Observação Militar e de Manutenção da Paz. É composta basicamente por 200 observadores militares desarmados e distribuídos em “team sites”, no Quartel General da MINURSO (localizado em Laayoune - capital

do Saara Ocidental) e em um escritório de ligação em Tindouf (Argélia); um destacamento de tropa da Malásia que provê apoio médico para a missão; e um contingente de aproximadamente 150 civis, entre funcionários de carreira das Nações Unidas e funcionários locais contratados, sendo que o contingente civil é o responsável pelo apoio administrativo e logístico ao componente militar. O Representante Especial do Secretário Geral da ONU comanda os contingentes militar e civil, e é quem conduz a parte política da missão. Já as negociações diretas entre as partes do conflito estão sendo conduzidas nos últimos anos em Nova York, tendo como mediador um funcionário civil de carreira indicado também pelo Secretário Geral da ONU.

O contingente militar da MINURSO tem basicamente a tarefa de monitorar o cessar-fogo entre os contendores e o cumprimento de três acordos militares, que foram firmados entre a ONU e as partes em conflito. O acordo militar nº 1 estabeleceu uma “Zona de Exclusão” entre as partes. Essa zona tem 5 km de largura e estende-se ao longo do “muro” do lado marroquino e do lado saarauí. Não é permitida a presença de nenhuma das partes em conflito nessa zona. Em caso de descumprimento desse acordo militar, isso caracteriza uma violação do mesmo, fato esse que é comunicado à sede da ONU. Os acordos militares Nº 2 e Nº 3 foram firmados respectivamente entre a MINURSO e a Frente Polisário, e entre a MINURSO e o Reino do Marrocos, que visam ampla cooperação entre a MINURSO e as partes para a marcação e a destruição de campos minados e artefatos não explodidos, visando diminuir o risco de acidentes nestas áreas perigosas.

Para cumprir essas tarefas, o contingente militar foi distribuído no escritório de ligação em Tindouf (Argélia) e pelos nove “team sites” existentes, sendo quatro do lado marroquino e cinco do lado Polisário, conforme ilustração da figura 6.

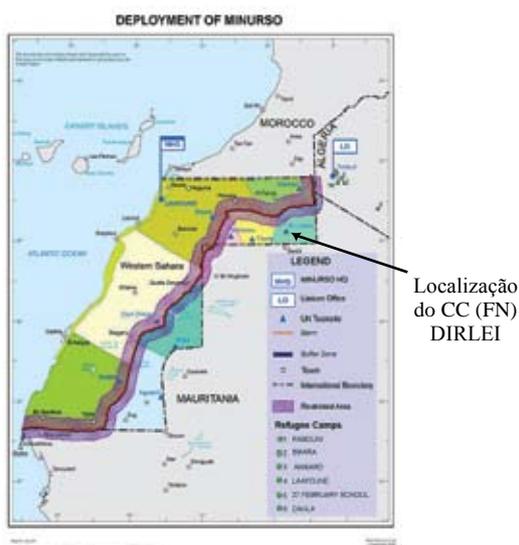


Figura 6 - Distribuição dos “team sites” da MINURSO

O autor foi designado para o “team site” Birlahlou, no extremo oeste do território, nas proximidades da fronteira com a Mauritânia, onde desempenhou os cargos de Oficial de Inteligência e Comandante do “team site”, após ter sido

submetido ao teste de direção e ao teste de suficiência no idioma inglês, sendo essa avaliação referência para a aceitação na missão e para o desempenho dos cargos de “Team Site Commander” e de “Staff Officer”.

A região de Birlahlou foi a última frente de batalha da guerra, pois a estratégia usada pelos marroquinos foi de ocupar territórios dos polísários desde o mar a oeste para o leste, no sentido do interior, e a cada avanço, era construído um “muro” (ou “berm”, termo em inglês adotado pela ONU), para garantir a posse do terreno conquistado. Estima-se que foram construídos seis “muros” durante a guerra, sendo representado, na figura 6, apenas o último deles, o qual permitiu a conquista das jazidas de fosfato ao centro e ao norte do território. Como é de se esperar, essa área apresenta inúmeros campos minados e artefatos não explodidos. Dessa forma, as patrulhas terrestres são conduzidas por itinerários pré-estabelecidos e sinalizados; e “teoricamente” livre de perigos. Já as regiões mais difíceis de se atingir por terra, eram patrulhadas por ar, utilizando-se helicópteros da MINURSO.

Durante as patrulhas, que são realizadas diariamente, monitora-se a Zona de Exclusão e as principais rotas de possível movimentação de tropa que poderiam caracterizar algum reforço das tropas estacionadas em primeiro escalão. Apesar dos esforços desprendidos pelos observadores militares, a área sob responsabilidade do “team site” Birlahlou é de 14.000 km², de forma que apenas 15 observadores não têm capacidade de patrulhar todas as rotas diariamente, o que gerava alguns trabalhos de investigação sobre possíveis “violações” dos acordos militares e contra os direitos



Figura 7 – CC (FN) Dirlei durante patrulha terrestre no Saara Ocidental



Figura 8 – Visita do autor a importantes oficiais Polisários

humanos. Essas investigações eram conduzidas com base no relato de testemunhas locais e em indícios deixados no terreno.

Durante as patrulhas terrestres é comum se deparar com artefatos militares não explodidos, tais como, granadas de artilharia, morteiros, foguetes, etc. Com o intuito de minimizar o risco de acidentes, e seguindo os acordos militares N°2 e N°3, a região onde se encontra o artefato é isolada e a localização enviada para o Quartel General da MINURSO e ao Quartel General da Quinta Região Militar Polisário. Uma ONG britânica (“*Land Mine Action*”), contratada pela ONU, realiza a destruição dos artefatos mais perigosos.

Além das funções inerentes de Observador Militar da ONU, o autor participou de atividades de controle de imigrantes ilegais em apoio ao Alto Comissariado para Refu-

giados da ONU; e também apoiou atividades de pesquisa arqueológicas em sua Área de Responsabilidade.

Apesar das dificuldades inerentes de uma missão nova para as Forças Armadas Brasileiras, tal como a inexistência de relatórios anteriores, língua local árabe e um ambiente operacional inóspito como o Deserto do Saara, o autor pôde constatar que o militar brasileiro está muito bem preparado para vencer esses desafios e representar com honra e de forma brilhante o nosso Brasil. Ficaram patentes o profissionalismo e o alto desempenho dos brasileiros nessa missão, que começou com um tímido convite da ONU ao Brasil, de apenas três observadores militares, e que passou para dez em menos de um ano, tornando-se, assim, o Brasil um dos países que mais está contribuindo para as tentativas de solução desse conflito e para a paz mundial.



CT (FN) Marcio Rosetti

Peace Support Training Centre (PSTC)

O PSTC (Centro de Treinamento e Apoio à Paz) é o Centro de Excelência das Forças Armadas Canadenses no treinamento de Operações de Paz (*Peace Support Operation - PSO*), coordenando a pesquisa e o desenvolvimento de técnicas de PSO e cursos de treinamento.

Localizado a aproximadamente 200 quilômetros da Capital Ottawa, na pequena cidade de Kingston, no Departamento de Ontário, o PSTC prepara, por ano, cerca de 1000 alunos entre Observadores Militares, instituições do governo e até contingentes inteiros de suas Forças Armadas em treinamento de conduta em PSO.

A preparação em PSO não reflete o tradicional treinamento militar em virtude das peculiares necessidades deste tipo de operação, devendo deixar o militar pré-comissionado apto a negociar em qualquer situação, administrar o estresse psicológico, conhecer as considerações legais, identificar e saber manusear armamentos das mais diversas origens e, por final, entender, compreender e respeitar as diferenças culturais.

O PSTC foi criado em Julho de 1996 pelo Chefe do Estado-Maior de Defesa, sendo designado pelo *LAND FORCE DOCTRINE AND TRAINING SYSTEM (LFDTS)*, órgão de assessoria estratégica do Exército do Canadá, como a unidade para prover um núcleo de especialistas das Forças Armadas Canadenses com a responsabilidade de desenvolver técnicas de PSO baseadas em lições aprendidas em relatórios de postos de operações, metodologia e padronização de treinamento.

São desenvolvidos, na área de PSO, apenas dois cursos:

a) PSO - *Individual Predeployment Course (IPC Basic)*

Designado para militares canadenses que irão exercer funções em PSO. O curso tem duração de sete dias, sendo ministrado, aproximadamente, 30 vezes ao ano com turmas de 30 militares e combina atividades práticas e teóricas.

